

# PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 55 — SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

## «ELEIÇÕES» FRUSTRADAS



Dictator Salazar  
Secret police were worming.

TIME, NOVEMBER 17, 1961

"Portugal, in election week, was like a nation under siege — and in a sense it was" (TIME, Nov. 17, 1961).

"Portugal, na semana das eleições parecia uma nação em estado de sítio — e, em certo sentido, estava."

Em seu numero de 17 de Novembro, comentando as eleições realizadas em Portugal, a revista norte-americana, "Time" publica esta fotografia e diz que, "elas pareciam ter sido feitas em estado de sítio". Não só pareciam, como, na realidade o foram, dizemos nós. Na pagina seguinte deste jornal, os leitores verão por que.

Dentro da chamada "liberdade suficiente" — censura prévia, prisão para os mais recalcitrantes, proibição de comícios, manobras militares intimidatórias, etc. a ditadura salazarista promoveu "eleições".

Os seus objetivos evidentes eram dois: Um, para inglês ver, destinado a dar uma justificação aos governos que, dizendo-se democratas, teimam em apoiar Salazar; outro, para uso interno, tentando obrigar a oposição a definir-se favoravelmente à guerra colonial em Angola e à restante politica colonial fascista, apelidando antecipadamente de traidores e prendendo mesmo aqueles que não o fizessem ou simplesmente se calassem.

De um lado a guerra e a repressão e do outro a propaganda e a coação encontraram pela frente, primeiro, a condenação, pela passividade, dum povo cada vez mais divorciado da ditadura e, logo em seguida, a resistência mais ou menos franca — deserções, protestos contra impostos e contra as ajudas "voluntárias" para a guerra e a unidade das forças oposicionistas que apresentaram candidatos.

As candidaturas oposicionistas, ao aproveitarem as fracas possibilidades que tinham para dirigir protestos populares pondo em evidencia a incapacidade dos salazaristas para resolverem os problemas nacionais e as questões coloniais, deram um impulso importante à luta contra a ditadura e, ao mesmo tempo, ao desistirem de "eleições" com resultados antecipadamente forjados, frustraram-nas, impedindo Salazar de dar aos que de fora ainda o apoiam a justificação necessária.

Os caminhos que levam à insurreição nacional capaz de libertar de um só golpe o Povo Português e os povos das colónias portuguesas encurtam-se.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

## Asilo para Galvão e seus companheiros

O Governo brasileiro a imprensa e o povo do Brasil deram mais uma vez mostras da compreensão com que encaram os problemas suscitados pela tenebrosa ditadura que continua a esmagar o povo português. Após as dificuldades jurídicas e burocráticas que são normais em casos semelhantes e mercê de uma opinião pública atenta que imediatamente reagiu, o asilo pedido por Galvão e seus cinco companheiros foi concedido.

O grande amigo de Portugal e do povo português que é o embaixador Alvaro Lins, a quem a oposição portuguesa e a causa da liberdade em Portugal ficam a dever mais uma relevante ajuda, desempenhou papel importantíssimo na condução da batalha jurídico-diplomatica de que as forças democraticas brasileiras e portuguesas saíram vencedoras e derrotado o ditador Salazar. PORTUGAL DEMOCRATICO, apesar de não concordar com os métodos preconizados pelo Capitão Henrique Galvão e discordar das atitudes anti-unitárias do mesmo, apoia incondicionalmente a concessão do asilo politico que além de honrar as tradições humanitarias do Brasil, representa uma denuncia formal do regime de repressão e perseguição de Salazar. A posição tomada pela UDP demonstra, aliás, que os oposicionistas portugueses residentes no Brasil estão completamente de acordo com a nossa opinião.

O telegrama da U.D.P. enviado a Sua Excelencia o Presidente do Brasil, Dr. João Goulart, é na integra o seguinte:

"A Comissão Executiva da União dos Democratas Portugueses, confiada no alto espirito de solidariedade humana do povo brasileiro que V. Exa. tão digna e nobremente representa, vem respeitosamente solicitar a intervenção de V. Exa. para que seja concedido asilo ao Cap. Galvão e seus companheiros. (a) João Sarmiento Pimentel, presidente".

## Segundo Clichê

# Salazarada Eleitoral

Não foram uma palhaçada as eleições para a Assembléa Nacional de Lisboa, no passado mês de novembro. Nem a campanha eleitoral dos candidatos a deputados, pela Oposição, apesar de pontilhada de transbordos de toda a sorte, pode dizer-se, usando a expressão popular, que foi transformada, pela PIDE, numa tourada.

Não diremos que foi uma palhaçada nem que houve uma tourada — unicamente porque não queremos, usando essas expressões, ofender os palhaços, esses artistas que todas as crianças adoram, nem tampouco queremos ligar os participantes — quer os touros quer os toureiros — desse tradicional espectáculo, que é a tourada, à paródia vergonhosa de um dos pilares da Democracia — a livre expressão da vontade popular, através do voto.

A revista TIME, publicou, ilustrando a notícia das eleições em Portugal, uma fotografia do "dictator Salazar", com esta legenda: "Secret police were worming". Legenda extremamente feliz, porque, dizendo que a polícia secreta "se introduzira como vermes" na campanha, está definida com uma clareza meridiana, no que se refere às eleições, a parte que cabe à PIDE nesse regime de podridão, que vai roendo Portugal como um tumor maligno, que é urgente extirpar, radicalmente.

## POR QUE SALAZARADA?

Melhor do que os manifestos da oposição, fala o papagaio de Salazar. Estas foram as declarações de Correia de Oliveira, Ministro da Presidência, à imprensa internacional:

## O GOVERNO DE SALAZAR ACEITA AS "ELEIÇÕES". PORQUE A ISSO É OBRIGADO PELA OPINIÃO PÚBLICA, NACIONAL E INTERNACIONAL.

"Para essa opinião publica estrangeira, o adiamento das eleições teria um único significado, e esse seria o do recuo do Governo de sujeitar à aprovação da Nação a campanha de defesa pelas armas, do solo português, onde quer que ele for ameaçado.

Atendendo bem fundo nesta realidade, todos reconhecerão não poder o País, em tais condições, fornecer aos seus inimigos tão forte arma de ataque. E, por isso o Governo entendeu que as eleições que, sob muitos aspectos poderiam parecer útil adiar, em nome do interesse nacional devem, afinal, realizar-se por imposição e para defesa desse mesmo interesse."

## O GOVERNO DIZ QUE NÃO INTERVEM NA CAMPANHA "ELEITORAL". MAS...

"O primeiro ponto a fixar será o de que o Governo não intervém na campanha eleitoral."

"A abstenção do Governo não impedirá também de esclarecer, quando o entender e pela forma que julgar conveniente, as críticas que na campanha forem dirigidas à sua política ou à atuação dos serviços dele dependentes."

## NÃO PERMITE QUE O PAÍS DISCUTA O SISTEMA EM QUE VIVE.

"Compreender-se-á pois que para atingir este objetivo o Governo procure impedir que a campanha para a eleição de deputados se transforme numa espécie de plebiscito dos princípios que informam a estrutura política da Nação. Nada de anormal e muito menos de ilegal há nesta decisão."

## NEGA A LIBERDADE DE PROPAGANDA.

"O Governo pensa que a limitação de propaganda aos que efetivamente precisam de ser esclarecidos poderá contribuir grandemente para a conservação do clima de tranquilidade e de trabalho que se não deseja ver interrompido durante o próximo mês.

Daí que se tenha decidido que os emissores nacionais de Radiodifusão e a Radiotelevisão portuguesa não sejam utilizados como instrumento da campanha eleitoral."

## MANTÉM A CENSURA POLÍTICA À IMPRENSA, À RÁDIO, ETC.

"A censura mantém-se apenas e só (sic) para as afirmações que ponham em causa os princípios informadores da organização política da Nação, ou forem inconvenientes ao êxito das operações militares em curso, ou da política diplomática do País."

## PRETENDE MESMO ESCOLHER O PROGRAMA DOS CANDIDATOS QUE SE LHE OPÕEM.

"...não pode autorizar-se a imediata divulgação tanto pela imprensa como por quaisquer outros meios de publicidade, de um do-

cumento, designado como "Programa para a democratização da República" de que aliás foram já espalhados muitos exemplares e que constitui para alguns membros da oposição o seu programa na próxima campanha eleitoral."

"...O problema está na orientação, definida naquele referido documento, e que é inaceitável como base de um programa de campanha eleitoral, dado que a sua execução poria em causa princípios basilares da nossa ordem político-constitucional."

## AMEAÇA-OS.

"Impedirá o Governo pelos meios adequados, sejam eles quais forem, que as organizações do Partido Comunista e aquelas que conscientemente ou inconscientemente a este se ligam ou deste dependam, promovam a perturbação da ordem pública, a instabilidade da vida, a insegurança no trabalho e fora dele."

## COLOCA-OS NA DEPENDÊNCIA DOS CANDIDATOS DA UNIÃO NACIONAL.

"...a mesma preocupação de igualdade de condições nos leva a garantir que os membros da oposição terão ao seu dispor os edifícios e locais onde a União Nacional realize sessões públicas, desde que estejam na dependência da autoridade do Estado."

## E CHEGA A COBICAR SER SENHOR DA IMPRENSA ESTRANGEIRA...

"Ora acontece que se o Governo não pode nem quer impor uma determinada atitude à imprensa portuguesa tem já muita pena de não ser o senhor da imprensa estrangeira. É que se o fora teria evitado a campanha de deturpação e de calúnia que muitos setores dessa imprensa têm conduzido contra Portugal, e que em tão grande medida é responsável pelo sacrifício de tantas vidas perdidas em Angola."

## ROTINA "ELEITORAL"...

Diz o jornal "O Século" de 12-10-1961: "A semelhança de outros que se têm realizado ultimamente, realizaram-se ontem na área do Liceu Camões, exercícios de brigadas da Polícia de Segurança Pública destinados à preparação do pessoal. Foi reconhecida a necessidade do exercício de ontem se efetuar à noite, a uma hora de menor movimento, para se evitarem perturbações da circulação de automóveis e outros veículos. Brevemente realizar-se-ão outros exercícios semelhantes, considerados de rotina."

## QUEM SÃO AS VEJETAS DA UNIÃO NACIONAL:

- Advogados e licenciados em direito — 40
- Notários — 2
- Juizes — 3
- Conservadores — 7 (Registro Civil e Predial)
- Oficiais — 11
- Médicos — 15
- Engenheiros — 18
- Lavradores — 3
- Comerciantes — 3
- Industriais — 3
- Professores Universitários — 6 etc.
- Operários — 0
- Estudantes — 0
- Camponeses — 0
- Artesãos — 0
- Soldados, cabos e sargentos — 0
- Ferrovários — 0 etc.
- Mulheres — 3
- Fascistas — todos.

## O QUE FAZ O GOVERNO ÀS LISTAS DA OPOSIÇÃO:

**DISTRITO DE BRAGA** — O Governo não aceita uma das listas da oposição.

**DISTRITO DE SANTARÉM** — A lista da oposição também não é aceita pelo Governo. 7 dos proponentes da candidatura foram presos. Dezenas de outras pessoas foram presas no mesmo distrito, em Alpiarça. Os candidatos protestaram contra as prisões e a recusa governamental de aceitação da sua lista.

**DISTRITO DE LISBOA** — A lista dos candidatos monárquicos independentes não foi aceita por ter sido entregue 1 minuto depois do que o Governo entende ser o prazo legal de entrega...

**DISTRITO DE LOURENÇO MARQUES** — A Lista foi aceita pelo Governo... Mas como entretanto, um membro da União Nacional recorreu da sua aceitação, o Governador-Geral de Moçambique resolveu, contra todos os princípios jurídicos, suspender a sua aceitação, proibindo-a de iniciar a campanha eleitoral!

**DISTRITOS DE LISBOA, AVEIRO, PORTO E COIMBRA** — O Governo começou por aceitar as listas mas como quer ter a possibilidade de a todo o momento acabar com a campanha "eleitoral", inter pôs recurso da sua própria aceitação através de membros do seu partido!

Fac-símile da edição de 31 de outubro, manifestando a impossibilidade de manusear-se...

## VICISSITUDES DAS LISTAS DA OPOSIÇÃO EM PORTUGAL

Para o efeito das eleições legislativas, o território (Portugal e as Províncias Ultramarinas) é dividido em 30 circunscrições eleitorais (que coincidem com os distritos no território metropolitano) às quais corresponde um total de 130 deputados. O número de deputados por circunscrição varia entre 1 (Horta, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor) e 12 (Lisboa); Angola e Moçambique têm direito a 7 deputados cada uma.

A Oposição apresentou listas (7 10 circunscrições o que representa um total de 66 deputados (isto é: mais de metade da Assembléa).

No que se refere à ação do Governo — além de inúmeras pressões, intimidações policiais e discriminações de toda a ordem, tendo em vista tornar o mais difícil possível para a Oposição a constituição das listas e a difusão da propaganda eleitoral — há a notar que:

— A lista da Oposição Democrática de Lisboa teve que ser impressa por várias vezes, primeiro porque diversos dos seus elementos foram presos, em seguida porque 2 oficiais não foram autorizados pelos respectivos ministérios a apresentar-se como candidatos (apesar de vários oficiais serem apresentados como candidatos do partido único do Sr. Salazar) e também porque 3 outros candidatos tinham sido riscados dos cadernos eleitorais.

— Não foram aceitos pelos governadores civis respectivos a lista dos candidatos monárquicos independentes de Lisboa (sob o pretexto que ela tinha sido entregue com 2 minutos de atraso!), a

lista da Oposição Democrática de Santarém e uma das listas da Oposição em Braga.

— Filhos da União Nacional (partido único de Salazar) apelaram da aceitação das listas da Oposição Democrática de Lisboa, Porto, Aveiro e Braga, para o Supremo Tribunal Administrativo (Tribunal de Apelação).

— Em Lourenço Marques (Moçambique) o Governador Civil aceitou a lista da Oposição mas, tendo uns membros da União Nacional apelado para o Tribunal Administrativo, decidiu o Governador, contra todos os princípios jurídicos, suspender a aceitação desta lista, interditando aos seus candidatos toda a ação de propaganda eleitoral!

**ULTIMA NOTICIA:** A lista de Moçambique definitivamente recusada.

Pelos jornais portugueses de 29 de outubro, tomámos conhecimento de que o Tribunal Administrativo de Lourenço Marques (Moçambique) considerou como justificadas as reclamações contra a lista dos candidatos da Oposição, sob o pretexto de que os seus candidatos não tinham a intenção de respeitar a Constituição Portuguesa. Este pretexto é tanto mais absurdo quanto é certo que todos os candidatos a deputados devem assinar um documento onde precisamente eles se comprometem a respeitar a Constituição.

Esta medida, cujo caráter arbitrário é evidente, mostra bem o terror que tem o Governo de uma disputa eleitoral em Moçambique.

## SURPRESAS NO DIA DA FESTA

● A Marinha de Guerra faz manobras ao largo da costa portuguesa.

● Os tanques dos aviões militares são esvaziados.

● As tropas, em estado de prontidão (?), são retiradas as munições das espingardas e os pentes das metralhadoras.

● É divulgado um comunicado, segundo o qual, os militares não mais poderão candidatar-se a cargos eletivos da política.

● Os estudantes são agredidos pela polícia política PIDE, ao concentrarem-se, para irem votar, nas proximidades das Seções Eleitorais. Em Lisboa, foram mortos, durante escaramuças com a PIDE, 4 estudantes, havendo ainda numerosas prisões.

## A IMPRENSA ESTRANGEIRA VIU CLARO

Escolhemos, ao acaso, um editorial publicado no Exterior, pela imprensa notoriamente "não comprometida", sobre as eleições. E, o que vão ler, não é do "Diário de Notícias", do Rio de Janeiro, ou do "Estado de S. Paulo", ambos, na opinião dos salazaristas, "a soldo de Moscou".

É um editorial do "Diário de Notícias", de New Bedford, onde se diz:

## COMENTÁRIO DO DIA

Decorre neste momento uma campanha política em Portugal, e os portugueses, onde quer que se encontrem — mesmo que estejam inquinados pela indiferença que foram obrigados a adotar como tábua de salvação psicológica — não poderão continuar a ser indiferentes num país que lhes oferece o privilégio de votar e discutir livremente. O que se passa em Portugal, presentemente, poderá afetar o futuro da nação portuguesa. E esse futuro, que desejamos o mais brilhante possível, diz respeito a todos nós. Portugal pertence tanto a nós como aos homens que o governam. Portugal é de todos os portugueses e não apenas de alguns! E por que assim pensamos, ficamos tristes ao saber que cidadãos portugueses, irmãos nossos, estão sendo presos em Portugal, pelo "crime" de pretenderem instituir um regime idêntico ao que temos aqui nos Estados Unidos e nas democracias ocidentais.

E, em conclusão:

O argumento de que os portugueses não "estão preparados para a democracia", é o maior insulto que se possa atirar à memória dos nossos antepassados. Eles levantar-se-iam no tumulto, se soubessem que os seus descendentes, depois de 30 anos de "cultura", continuavam a ser semi-selvagens, na opinião dos atuais governantes, incompetentes para discutirem livremente os seus problemas, e irem às urnas — como vão aqui os lusos-americanos, apesar de "impreparados" — sem medo da polícia secreta.

# A ONU condena Portugal

**NOVA IORQUE** — No dia 28 de novembro, uma submissão da ONU, em relatório de 143 páginas, acusou Portugal de deixar de atender às legítimas aspirações do povo de Angola, dessa maneira malogrando nos esforços que deveria fazer pela manutenção da paz e da ordem internacionais.

A subcomissão, constituída por cinco membros, representando a Bolívia, o Dahomey, a Malásia, a Finlândia e o Sudão, foi autorizada pela Assembléa Geral, em abril último, a promover uma investigação da situação vigente em Angola. Tanto a Assembléa quanto o Conselho de Segurança pediram a Portugal que cessasse as medidas repressivas que estava adotando em Angola.

Embora o grupo da ONU tivesse a sua entrada recusada em Angola, os seus membros conseguiram entrevistar as autoridades portuguesas, os refugiados da colônia, além de ter tido acesso a muitas outras fontes de informações.

O relatório analisa pormenorizadamente a formação de Angola e os recentes acontecimentos que ali se deram, os quais resultaram, segundo o relatório, no abandono do território por cerca de 150.000 refugiados e na criação de uma verdadeira atmosfera de guerra.

A subcomissão chegou à conclusão de que a situação não foi causada pela intervenção estrangeira — conforme alegou o governo português. O grupo afirmou que os acontecimentos tiveram sua origem nos ressentimentos e nas aspirações do povo angolano; acrescentou que os meios de resolver as atuais dificuldades devem ser procurados principalmente em Angola.

A subcomissão declarou que o choque entre portugueses e angolanos, foi grande, dando origem a um conflito racial. A destruição de propriedades, o abandono de aldeias, a perda de parte da safra de café, e as despesas militares terão graves efeitos de ordem económica. Durante os últimos meses, reza o relatório, a situação em Angola agravou-se e o conflito aumentou os problemas e inflamou as paixões.

O relatório chama a atenção para o fato de o governo português continuar a recorrer a medidas militares para reprimir o conflito, enquanto o lado rebelde está também determinado a prosseguir com as atividades guerrilheiras. A subcomissão declara que as medidas militares não poderão resolver os problemas básicos de Angola.

O alastramento rápido do conflito indica que a rebelião tem como sua causa principal o descontentamento generalizado e um crescente espírito nacionalista.

O relatório lamenta que o governo de Portugal não tenha colaborado com a Assembléa Geral e com o Conselho de Segurança para atender às aspirações angolanas. A subcomissão pediu que se tomassem medidas para facilitar a volta dos refugiados e expressou apreensão de seus membros diante das declarações feitas por funcionários portugueses, segundo as quais se enviariam para Angola colonos-soldados portugueses a fim de perpetuar a soberania portuguesa sobre essa colônia africana.

Entre as conclusões a que chegou a comissão, inclui-se a de que a colaboração construtiva entre Portugal e as Nações Unidas é o melhor meio de pôr termo imediato ao conflito, e que, adotando determinadas medidas, Portugal ainda poderá preservar elementos positivos da sua política e das suas realizações no exterior. O relatório deixa claro que se perde muito tempo numa situação crítica, ressaltando que é preciso reconhecer prontamente as novas forças que despontam no mundo, coragem para aceitar a mudança e prudência em formular a seguir meios exequíveis a fim de lograr uma situação pacífica durável.

É provável que a publicação do relatório signifique que a Assembléa Geral vá examinar a situação de Angola antes de discutir a questão da China comunista. Crê-se que o problema angolano será debatido pela Assembléa esta semana, adiando-se a questão chinesa para a próxima semana, embora a ordem dos trabalhos tenha de ser modificada.

# PROTESTO DO BASTONARIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE LISBOA

APESAR DO ATRASO, NAO PERDEU A ATUALIDADE NEM A IMPORTANCIA, ESTE DOCUMENTO QUE DIVULGAMOS, NA INTEGRA:

Lisboa, 1.º de Agosto de 1961

Sr. Ministro da Justiça  
Excelência:

Mais dois advogados foram presos: os Drs. Carlos e Mário Cal Brandão, com escritório no Porto.

Não está em minhas mãos pôr termo à violência iniciada vai para três meses e que continua, não se sabe por quanto tempo ainda. Nada posso contra ela embora sentindo por ela a maior repulsa; mas tenho — por exigência do coração e por dever que o cargo impõe, de protestar, reclamando providências para que termine; nem os meus pares ao acertarem comigo as contas que têm o direito de exigir-me e que eu tenho obrigação de prestar-lhes — me perdoariam se assim não fizesse. E só a Vossa Excelência posso dirigir-me.

Custa-me fazê-lo constantemente, e bem quisera não ter de fazê-lo; mas tenho para mim, além do mais, que será apreciável o serviço que presto a Vossa Excelência e ao Governo se for ouvido e tiver um termo a feia ação que vem sendo praticada.

Como tive oportunidade de dizer a Vossa Excelência em 14 passado, na audiência que teve a bondade de conceder à delegação do Conselho Geral e a mim, este caso do Programa, que deu pretexto para as prisões conta-se em poucas palavras:

Em todas as campanhas eleitorais realizadas no País desde um certo tempo para cá, os oradores e os jornais situacionistas, atacavam a oposição por nem um programa ter.

Sabia-se que em Outubro ou principio de Novembro próximos haveria eleições, e a oposição quis naturalmente, impossibilitar o grupo seu adversário de continuar a utilizar contra ela aquela arma.

Fazerem-se eleições, implica reconhecer-se a quem vota o direito de escolha; e para escolher é indispensável conhecer-se a orientação daqueles que se apresentam ao sufrágio — os principios que defendem, quanto se propõem realizar.

Cada um dos grupos que disputa deve, portanto, dizê-lo; e o documento em que o fazem constitui o chamado programa normalmente formado por duas partes: numa, faz a crítica da ação do contrário, de que discorda; na outra, declara o que se propõe realizar no caso de, vencendo a eleição, vir a governar.

Está perfeitamente neste caso o programa apresentado pela oposição; merecendo a pena acrescentar que é correto, não sendo possível vislumbrar em todo ele, objetivo revolucionário.

Programa, portanto, que tinha em vista destruir um ar-

gumento que utilizava o adversário, e se destinava à propaganda na eleição próxima, que pretendia disputar.

Só isto, Mais nada. Garantem-no colegas que o assinaram, e aqueles que o garantem são absolutamente incapazes de fazê-lo sem verdade. Claro que o programa tinha de desagradar.

Para certas pessoas a liberdade de pensar consiste em... pensar como elas. O respeito pelas idéias diversas não entra em certos espíritos.

O programa passou, portanto, a ser sujeito a minucioso exame, a vêr se poderia constituir corpo de delito para acusação a formular.

Não dava. Mas isso não tinha importância de maior. Como não se investiga para só depois prender, mas se prende para investigar, estava encontrado o meio de punir o atrevimento. E veio a pretextada suspeita — quanto bastava para prender, incomodar, vexar, prejudicar.

Os meus colegas e os demais presos com o rótulo de suspeitos estão a ser castigados por terem-se atrevido a discordar; de nada lhes tendo valido o fato de haverem procedido no uso de um direito que é expressamente consignado na lei constitucional.

Lembro-me de ter acrescentado, na ocasião em que falei com Vossa Excelência, haver sido descoberta nova forma de tortura, capaz de fazer inveja a Torquemada; pois estas prisões, de um hoje, e, com intervalos de dias, de outro e de outro, lançava a todos em natural ansiedade, suspensa sobre suas cabeças essa espada de Damocles que os ameaça, embora lei não exista em que possa legitimamente apoiar-se quem o faz.

Senhor Ministro: não creio que pessoas bem formadas possam aplaudir semelhante procedimento.

Para mim, tudo isto é triste e doloroso. A minha educação baseada nos principios cristãos, faz-me sentir a maior revolta; a minha formação profissional não se conforma com a violência; o meu cargo, atribuindo-me a representação da Ordem que tem como um dos seus fins defender os interesses e direitos dos seus membros, impõe-me que não cale a revolta e insista pelo termo da violência.

É porém cada vez maior no meu espirito a duvida de que a minha ação tenha servido ou venha a servir para que seja posto um fim a tamanha arbitrariedade. Tão grande a duvida, que já admito como possível resignar a função.

Razões de vária ordem me detêm. O Povo ensina que, entre dois males, deve escolher-se o menor; e as próprias leis penais chegam a isentar de responsabilidade aquele que

praticou o mal para evitar outro mal, maior. Isto aconselharia a ficar; mas, em boa verdade, ainda não consegui jeito para trocar pela comodidade uma posição em que o dever me determina que esteja; e afastar-me na hora em que estão a ser perseguidos alguns daqueles que a consciência e a lei me impõem a obrigação de defender, seria cobardia de que não me sinto capaz.

Senhor Ministro:

Em tudo quanto venho a dizer-lhe há sómente sinceridade, verdade. Em tudo. Mal de mim se o trato que temos tido durante estes anos não bastasse para não ser posta em duvida aquela afirmação.

E, pois que assim, de mais não considero que o meu apêlo encontre eco no coração do homem, chefe de família de mais a mais, na sensibilidade do jurista, no Ministro com o seu poder.

Contra um malfeitor que nos ataca, grita-se pela policia. Tendo de gritar-se contra esta, só para o Governo e por intermédio de Vossa Excelência o posso fazer. Mas o grito é o mesmo: Acuda-nos!

Se o fizer, põe termo ao que parece gôso infernal e à violência sem nome.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência respeitosos cumprimentos.

Pedro Pitta

Bastonário da Ordem dos Advogados.

## Intervem a Associação Internacional dos Juristas Democratas

A Associação Internacional dos Juristas Democratas dirigiu-se aos Bastonários da Ordem dos Advogados de Lisboa e do Porto, comunicando-lhes que intercedera junto do Ministro da Justiça do Governo de Salazar, pedindo a libertação dos srs. Acacio Gouveia, Gustavo Soromenho e Mario Soares.

A carta em referência, subscrita pelo Secretário da referida Associação e cuja copia foi enviada a aqueles bastonários, diz o seguinte:

"Senhor Ministro da Justiça  
Lisboa, Portugal

Levamos ao conhecimento de V. Excia. a nossa preocupação ante a noticia da prisão, em Lisboa, dos srs. Acacio Gouveia, Gustavo Soromenho e Mario Soares, todos três advogados do fóro de Lisboa e signatarios, com 58 outras personalidades portuguesas, de um programa do qual constam, nomeadamente o restabelecimento imediato de todas as liberdades públicas, religiosas e de trabalho, a libertação de todos os presos políticos e o, livre regresso à Pátria de todos os deportados e exilados.

Preocupados com o respeito das liberdades democraticas, pedimos que intervenha para a libertação dos três advogados detidos.

## Os assassinos no poder

Adolfo Casais Monteiro

Partindo da América do Sul, vai-se alargando ao mundo inteiro o movimento internacional de solidariedade aos presos políticos e aos exilados de Espanha e de Portugal. Aqueles que têm acompanhado o seu desenvolvimento sabem que as Conferências da Anistia — iniciadas em S. Paulo — não se limitam a pedir uma anistia que os governos fascistas de Portugal e da Espanha fingem conceder periodicamente; o objetivo deste grande movimento internacional não é pedir: é exigir; é, além disso, desmascarar a mentira fascista, pôr à vista do mundo inteiro as provas da iniquidade desses remanescentes duma era trágica, cujas consequências estão longe de se ter desvanecido, porque o fascismo trabalha insidiosamente num mundo que se pretende livre mas lhe dá todas as facilidades para manobrar contra a liberdade do povo, e minar a luta dos oprimidos contra as oligarquias. Assim, a solidariedade deste movimento tem na realidade um sentido que é necessário todos compreendam: é a solidariedade que todos os homens livres tem que dar uns aos outros para preservar essa liberdade, constantemente ameaçada pelas forças mais retrógradas. A aliança do fascismo com a oligarquia não é uma invenção de nenhuma propaganda: é a mais evidente e triste verdade do mundo em que vivemos. Sejamos exactos: o fascismo é a oligarquia. Apoiando todos os movimentos de solidariedade às vítimas do fascismo português e espanhol, todos os povos do mundo estão lutando pela sua própria sobrevivência, pelo seu próprio progresso, para que novos Hitler e novos Mussolini não possam novamente pôr o mundo a ferro e fogo. Estão lutando pela paz, que não estará garantida enquanto existirem esses focos infecciosos que os países chamados democráticos deixaram subsistir, desprezando o clamor dos povos martirizados.

O movimento internacional pela anistia será um movimento político? Tendo tido oportunidade de entrar em contacto com dirigentes duma organização católica, com motivo da projetada conferência da Europa Ocidental para a Anistia, verifiquei mais uma vez como é insidiosa a "suspeita" sobre o carácter "político" que se supõe a tudo o que vá bulir com as posições estabelecidas do fascismo. O fascismo envenenou a tal ponto o mundo, enraizou-se de tal maneira consciências (mesmo dos que o repudiam), devido a subsistir como regime em diversos países, que acabou por ganhar aquilo mesmo contra que ele mais lutou para liquidar: um estatuto de legalidade. Isto é: dependendo da legalidade, o fascismo tem a seu favor, desde que é governo, a ilusão de legalidade que o espirito liberal atribui em teoria aquêle.

Paradoxo incrível — mas pura realidade, aí de nós! Se o governo português distribuir à UPI uma fotografia com a legenda "Terrorismo em Angola", a UPI, que, como sabemos, é radicalmente pela legalidade, apressa-se a mandá-lo para o mundo todo. Mas se o MPLA mandar outra fotografia, com o mesmo assunto e título, a UPI não a distribuirá, mesmo que possa ter facilmente a prova de que é verdadeiro o documento do terrorismo oficial de Salazar — porque este terrorismo terá sido obra, não de um governo, mas de homens enlouquecidos pela opressão e pelas torturas. Agora direi de que espécie de fotografias estou falando: das que representam negros refugiados. Os mesmos negros, da mesma Angola. Para nós, democratas portugueses, iguais, quer se refugiem dum lado ou do outro, não só por serem igualmente vítimas, mas por serem igualmente vítimas do fascismo de Salazar, direta ou indiretamente. O que importa, à agência, é falar em terrorismo "praticado" pelos que se revoltam, e esconder o terrorismo praticado pelas tropas mandadas por Salazar chacinar pretos — tropas ou civis, ao abrigo do já famoso decreto 43.558, que deveria ter tido um título: liberdade de assassinato.

O fascismo é governo — e as agências telegráficas são respeitadoras dos governos. "Governo" é uma chancela de garantia. Um go-

vêrno não pratica atos de terrorismo... E é por isso que a base da nossa luta, nesse movimento apolítico que é o das Conferências de Anistia, deve ser o esclarecimento de todos aquêles que tardam em compreender que um assassino no poder não deixou, à face dos direitos do homem, de ser um assassino. O crime oficial precisa de ser trazido ao banco dos réus, não como oficial, mas como crime. Não há uma "política do assassinato": há assassinato. Se Salazar assassina, é preciso que o mundo se compeetre de que é, simplesmente, um assassino que obteve fraudulentamente as imunidades políticas que servem para acobertar o crime, e que o mundo é conivente desse assassinato na medida em que não lhe arranca a máscara. Não há "governo português": há uma quadrilha, e o mundo deve chamar-lhe quadrilha, e não governo. Enquanto não o fizer, o mundo é cúmplice dos assassinos. E a solidariedade que o movimento da anistia reclama de todos os povos do mundo, não é apenas a favor dos corpos e das almas que estão sendo vítimas desses crimes: é a favor de si próprios, porque cada povo, enquanto os criminosos são tratados como entidades respeitáveis, está abrindo o caminho para ser, a seu turno, vítima de qualquer quadrilha, de qualquer gang fascista, que a sua complacência estimula a imitar os que desprezam os mais elementares direitos

EM S. PAULO:

## Reunião da U.D.P.

Reuniu-se no "Centro Republicano Português", no dia 18 de Novembro, uma Assembléa de democratas portugueses para discutir e aprovar os principios e os estatutos da UDP e para eleger os seus corpos diretivos.

Compareceram democratas em grande número que aprovaram com ligeiras alterações o trabalho realizado pela Comissão Organizadora.

Presidiu a sessão o Sr. Comandante João Sarmento Pimentel que foi secretariado pelo Engenheiro Tito de Moraes, ambos da Comissão Organizadora do Movimento.

Durante a discussão usaram da palavra diversos oradores enaltecendo todos a necessidade dos democratas portugueses no exílio se unirem para concertarem uma ação comum que coadjuve a luta interna contra a ditadura salazarista, pondo de lado todos os motivos de divisaõ.

Ao longo da discussão, manifestaram os seus pontos de vista, entre outros, os Srs. Drs. Toga Machado, Manuel Sertório, Lucidio de Lorena, Henrique Santo, João Tito de Moraes, Julio Duarte, etc.

O Sr. Augusto Aragão, comunicou à Assembléa que o Exmo. Sr. Dr. Rui Luis Gomes, professor universitário e antigo candidato à Presidencia da República, telegrafara dando a sua adesão aos principios e objetivos da U.D.P.

Dos democratas portugueses da Venezuela foi recebida manifestação semelhante.

Terminada a discussão toram os estatutos aprovados e passou-se à eleição dos Corpos Gerentes.

Para a Mesa da Assembléa Geral foram eleitos por aclamação:

Presidente — Antonio Amorim.  
1.º Secretário — Armando Correia Pinto

2.º Secretário — Francisco Sarmento Pimentel

Para fazerem parte da Comissão Consultiva a Assembléa elegeu uma lista de altas individualidades portuguesas residentes no Brasil, cujos nomes publicaremos em número próximo.

Para a Comissão Executiva foram eleitos:

Presidente — João Sarmento Pimentel

Vice-Presidentes — Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro, Paulo de Castro.

Secretarios — Manuel Tito de Moraes, Augusto Aragão, Manuel Sertório.

Tesoureiros — Carlos Cruz, Joaquim Duarte Batista.

Vogais — Antonio Ricca Gonçalves, Fernando Lemos, Manuel Myre Dore, Henrique Pereira Santo, João Tito de Moraes.


A Assembléa decidiu ainda fixar uma contribuição mensal mínima de Cr\$ 50,00 aos membros da organização.



Este Boletim, separata do numero de dezembro de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é uma iniciativa do "Centro Republicano Português", do "Comité dos Intelectuais pró Liberdade de Expressão em Portugal" e deste jornal.

## Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal

(EM ORGANIZAÇÃO)



**GALERIA PRESTES MAIA**  
1º AO 15  
DEZEMBRO 1961

# exposição coletiva de artes plásticas

EM SOLIDARIEDADE AOS PRESOS POLITICOS DE ESPANHA E PORTUGAL

COMISSÃO PATROCINADORA  
Maria Prestes Maia  
Alvaro Lins  
Sergio Milliet  
Josué de Castro  
Sergio B. de Holanda Cavalcanti  
Paulo Mendes de Almeida

Esta exposição destina-se a angariar fundos para o movimento da anistia, com a venda de trabalhos doados pelos artistas brasileiros para aquele fim.



Cartaz de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia em Portugal.

### DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM Nº 6 — NOVEMBRO-DEZEMBRO DE 1961

CORTE E SOBREPONHA

## Justiça

### Salazarista

#### TRIBUNAL PLENÁRIO DE LISBOA

JUNHO

Sob a presidência do desembargador sr. dr. Silva Caldeira, reuniu-se o Plenário Criminal, que funciona na Boa Hora, para julgar sete indivíduos do lugar de Santa Justa, conselho de Coruche, acusados de terem feito parte de um partido à margem da lei, e de terem nele desenvolvido atividades subversivas, angariando fundos e aliciando outras pessoas para se filiarem nessa associação. Após demorado interrogatório, depuseram duas testemunhas de acusação e vinte de defesa. Discutida a causa, o coletivo atendeu, em parte, as atenuantes invocadas pelo patrono dos acusados, sr. dr. António de Sousa, sendo condenados: Jerónimo Estêvão, de 31 anos, trabalhador rural, em 2 anos e 2 meses de prisão maior; Manuel Henriques Estêvão, de 30 anos, jornalista, e Liocínio Isidro Nunes, de 29 anos, pedreiro, cada um em 2 anos e um mês de prisão maior; Domingos Catarino, de 32 anos, trabalhador, em 2 anos de prisão maior; Arménio Marques Gil, de 31 anos, alfaiate, em 23 meses de prisão; Manuel Joaquim Brás, em 22 meses de prisão, e Henrique Catarino, de 50 anos, trabalhador rural, em 16 meses de prisão, ficando a pena deste último suspensa por 5 anos. Os condenados a pena maior sofrem perda de direitos políticos por 15 anos e medidas de segurança de internamento entre 6 meses a 3 anos, prorrogáveis; os que tiveram prisão correccional foram condenados na perda de direitos políticos por 5 anos, e todos no pagamento de 100\$00 de imposto de justiça, cada.

## Aos leitores

Este numero traz uma notícia importantíssima: aplanadas as dificuldades iniciais, sabemos, pelo Compromisso Solene dos Democratas Portugueses residentes em Paris, que a Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal, está garantida, faltando, apenas marcar a data.

Uma explicação: O vulto que tomaram as cerimoniações relacionadas com a Semana da Solidariedade Continental, no Rio de Janeiro e, sobretudo, em São Paulo, fizeram com que, em vez do habitual Boletim, publicássemos como matérias correntes, de reportagem, o relato dessas cerimoniações no numero anterior deste jornal.

Assim, o Boletim de Hoje é de Novembro e Dezembro.



e de valor reconhecido, sejam restituídos ao seu lar, ao seu trabalho, ao convívio dos seus amigos e do seu Povo.

Pela Presidência:

- aa) António Carneiro, operário  
Dr. Emídio Guerreiro, professor  
Dr. António José Saraiva historiador  
Castro Soromenho, escritor

#### MENSAGEM AOS PRESOS POLITICOS

Caros Compatriotas, Correligionários e Amigos:

Os portugueses democratas de Paris, reunidos em comemoração do 51.º Aniversário da Revolução Republicana de 5 de Outubro, resolvem dirigir-vos uma saudação de solidariedade e esperança.

Longe de vós como estamos, separados por tantas e difíceis barreiras, não vos podemos nem queremos esquecer neste momento, e nos momentos futuros de luta que em Portugal, e no exterior, prosseguirá até à vossa libertação final!

Temos acompanhado a vossa luta e sofrimentos, temos escutado e lido as vossas mensagens e apêlos a que nenhum homem ou mulher de coração podem ficar insensíveis. É com inquietação crescente que vemos dia a dia agravar-se a vossa situação, sob as provas morais e físicas, as agressões e torturas, as constantes ataques e restrições aos vossos direitos e dignidade, com que carcereiros deshumanos visam não só a dobrar-vos o corpo e o espírito, mas até tirar-vos a própria vida, roubando-vos assim ao povo de quem sois filhos dos melhores.

O afastamento do convívio nacional — há 20, 15, 10, 5 anos — de homens como os heróicos filhos da classe operária, Francisco Miguel, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, José Rodrigues Vitoriano e tantos outros; de intelectuais, como os advogados Dr. Humberto Lopes e Dr. Manuel Andrade; de jovens estudantes e operários como o poeta Borges Coelho, Nuno Duarte, Domingos Abrantes, Carlos Brito, Carlos Aboim Inglês; de mulheres como Maria Angela Vidal, Dra. Maria Luíza de Costa Dias, Ivone Dias Lourenço, Dra. Cândida Ventura, Aida Magro, e tantas outras — o seu afastamento da vida portuguesa, constitui não só um atentado aos princípios de mais elementar humanidade, mais ainda ao futuro da Pátria hoje ameaçada pelas mais terríveis ameaças.

Da mesma forma, vemos com preocupação a sequência ininterrupta de prisões — nos últimos meses — de prestígiados dirigentes de-

democráticos como os Drs. Acácio Gouveia, Mário Soares, Pietreira Santos da Costa, Abranches Ferrão, Veiga Pires, Dias Amado, Adão e Silva, Arlindo Vicente, Olivio França, Artur Santos Silva, Mário Cal Brandão, Carlos Cal Brandão, Valoso de Pinho, Araújo Correia, e outros. Consideramos que estas prisões vêm falsear de atenção os resultados das chamadas "eleições", revelando simultaneamente a justiça política e humana da reivindicação constante de uma total ANISTIA.

Porque assim pensamos. Porque cremos que a luta pela Anistia é das que une e unirá mais estreitamente, num só impulso, todos os democratas e patriotas. Porque cremos que no exterior, perante a opinião pública internacional, a luta pela Anistia é das que melhor podem congrega e mobilizar os Homens e Mulheres de Boa-Vontade num espírito de Amizade e Ajuda ao nosso Povo. E acima de tudo porque não podemos, nem queremos esquecer-nos de vós, queridos Amigos — RENOVAMOS HOJE O SOLENE COMPROMISSO DE CONTINUARMOS E REFORÇARMOS NO EXTERIOR, JUNTO DA OPINIÃO PÚBLICA INTERNACIONAL, O NOSSO APOIO À CAMPANHA PELA ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS PORTUGUESES, A PROJETADA CONFERENCIA EUROPEIA PELA ANISTIA.

Saudosos Compatriotas, queridos Amigos:

Quando, no meio de labuta e cansaça diárias por demais absorventes, nos detemos para evocar o país distante e o Povo ausente, sois vós em primeiro lugar que julgamos ver na nossa frente, e o rosto mártir da Pátria aparecem-nos revestido dos vossos traços, das rugas e das lágrimas que vos têm marcado a face e a alma. E o olhar dorido da Pátria espezinhada parece perguntar-nos com forte insistência: Até quando?! Até quando?!

Até quando, queridos Amigos?!

Só vos podemos prometer que tudo faremos para promover à nossa volta e sobretudo na Europa onde vivemos, um forte movimento da opinião pública internacional que insista e torne a insistir — num esforço conjugado com o movimento do interior — por uma total ANISTIA aos presos e exilados políticos portugueses, de forma a vos defender a vida e a vos arrancar às grades que vos separam do lar, do trabalho, dos amigos e do Povo!

Pela Presidência:

- aa) António Carneiro, operário  
Dr. Emídio Guerreiro, professor  
Dr. António José Saraiva historiador  
Castro Soromenho, escritor

# Solene compromisso dos portugueses democratas de Paris

Recebemos do "Comitê dos Portugueses Democratas" as seguintes mensagens, aprovadas durante o "Banquete do Cinco de Outubro":

Os portugueses democratas de Paris, reunidos a 8 de Outubro de 1961 em comemoração do 51.º Aniversário da instauração do regime republicano em Portugal, analisaram os meritórios esforços que em todo o mundo, e nomeadamente na América Latina e recentemente na Europa Ocidental, as organizações jurídicas, culturais, estudantis, sindicais, políticas e outras, assim como as personalidades das letras, artes, ciências, religião e política, estão desenvolvendo em prol dos presos e exilados políticos portugueses;

os democratas portugueses de Paris consideram que o interesse crescente de amplos sectores da opinião pública internacional pela situação dura e difícil do Povo Português — que o resto do mundo tem quase ignorado durante mais de trinta anos — poderá ser o início de uma viragem histórica nas relações entre o

Página 2

# Não clamareis em vão!

## SALVEMOS UMA VIDA

Recebemos um patético apelo para que, se interceda junto da Cruz Vermelha Internacional e outras organizações similares, no sentido de exigirem à Polícia Política do governo Salazar que faculte a visita à "enfermaria" do estabelecimento prisional onde se encontra em risco de vida e sem assistência alguma, a patriota portuguesa MARIA DA PIEDADE GOMES DOS SANTOS e que um médico escolhido por essa Cruz Vermelha e perante ela responsável superintenda o tratamento que o estado de saúde dela exige.

A situação em que se encontra Maria da Piedade, não é caso unico, antes pelo contrario. E, a partir de hoje, publicamos cartas de outras patriotas portuguesas revelando os sofrimentos por que estão passando nas prisões da PIDE.

## MENSAGEM DOS PRESOS POLITICOS

A situação dos presos políticos portugueses vai sendo dia a dia mais difícil na medida em que a luta do nosso povo pela sua libertação vai ganhando todo o Portugal e a luta de libertação dos povos colonizados ameaça de agonia o regime que a todos subjuga. Nós, presos políticos, estaremos na primeira fila das vítimas a aniquilar — reféns já conseguidos que jamais farão, entretanto, estancar a luta por um Portugal livre e feliz.

Em Portugal, milhares e milhares de patriotas são afincadamente perseguidos; por isso, muitas vezes obrigados a uma dolorosa vida clandestina.

Uma vez aprisionados, como tal são mantidos longos anos mercê de prisões preventivas que chegam a decuplicar o período legal máximo de seis meses, de penas pesadíssimas e, sobretudo, da aplicação generalizada das chamadas "medidas de segurança", ao abrigo das quais os presos não são restituídos à liberdade enquanto não forem julgados "corrigidos" — uma prisão perpétua, eis o seu significado.

Página 4

nosso Povo e os restantes povos, desfazendo a ignorância e os mitos que interesses poderosos procuram manter no estrangeiro acerca da situação real no nosso País, levando à quebra do tradicional isolamento de Portugal das correntes progressivas mundiais;

mas acima de tudo o mais, os democratas portugueses de Paris hoje reunidos consideram como altamente humanitárias as ações e iniciativas que têm sido empreendidas por personalidades das mais diversas tendências no sentido de sensibilizar a opinião pública mundial à justa e simples reivindicação de uma total ANISTIA para todos aqueles que, professam, e dia a dia, após anos, — há 20, 15, 10, 5 anos — vêm definir e perigar as suas vidas, pelas provocações morais e físicas, pela dolorosa separação dos entes queridos e do Povo;

como patriotas que somos, entenderemos dever manifestar-vos por esta forma a nossa apreciação e reconhecimento pelos esforços que estais empreendendo em prol da ANISTIA para os presos e exilados políticos portugueses;

temos a vossa atitude e actuação por revencidas e de amizade pelo nosso Povo, de um verdadeiro espírito internacionalista, introduzindo nas relações entre os Povos o peso de um factor moral necessário e importante;

sois vós que estais lançando desde já, de forma aberta, humana e clarividente, as bases das futuras relações amigáveis e mutuamente vantajosas entre um Portugal livre e independente e os povos de cada um dos vossos países.

Consequentemente, os democratas portugueses de Paris, não só em seu nome mas em nome dos presos políticos portugueses e das forças vivas de Portugal hoje unidas em torno da reivindicação de uma total ANISTIA, exortam e incitam todas as organizações e personalidades representativas da opinião pública dos vários países a multiplicarem e alargarem as suas iniciativas, a darem-lhes consistência orgânica, particularmente na preparação da projectada Conferência da Europa Ocidental pela Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses;

desta forma contribuireis decisivamente para que venham a ser abertas as portas e arrancadas as grades dos cárceres políticos portugueses, e centenas de homens e mulheres honestos,

Aqui, na prisão de Caxias, estão actualmente encarcerados cerca de centena e meia de democratas (alguns contando já, no total, 20, 10, 8 anos de prisão), dentre os quais 20 são mulheres.

Hoje falamos 13 mulheres — mais de 36 anos de cadeia já cumpridos no conjunto.

—oO—

Queridas irmãs:

Fui presa pela primeira vez em Dezembro de 1953 julgada ao fim de um ano e absolvida. Novamente presa em Dezembro de 1956. Fui julgada ao fim de dois anos de prisão preventiva e condenada em dois anos de prisão correcional e "medidas de segurança". Tal condenação foi-me aplicada em contradição com as conclusões expressas pelo próprio tribunal que, tendo negado a comprovação dos factos essenciais de que era acusada pela PIDE (polícia política), me condenou, agravando ainda a pena com "medidas de segurança" apesar de me encontrar tão doente que tive de ser dispensada pelo tribunal de assistir ao julgamento.

O meu estado de saúde está profundamente abalado por doença grave e sem nenhum tratamento, dado que a assistência de que necessito não pode ser ministrada na prisão e é-me negado internamento hospitalar. Em Agosto de 1960 tive de ser submetida a uma intervenção cirúrgica urgente, consequência daquela ausência de tratamento. As torturas psíquicas que então me foram infligidas pela PIDE, os violentíssimos choques que com ela fui obrigada a ter nas vésperas da operação e durante os escassos dias que estive hospitalizada, provocaram-me um estado de extremo depauperamento físico, um grave esgotamento nervoso que se mantém passados 8 meses, encontrando-me ainda incapacitada de realizar qualquer actividade intelectual.

Neste estado precário de saúde foi-me aplicada, assim como a todos os outros presos de cadeia (alguns dos quais gravemente doentes) um castigo de dois meses em regime de sub-alimentação, corte de visitas e de lanches.

Neste estado de saúde, desde há três meses tenho sido sujeita arbitrariamente a longos períodos de isolamento que fortemente têm abalado a minha saúde.

Foi interposto o pedido de anulação do meu julgamento e aguardo há 5 meses a resolução do tribunal.

## Ecoss da Conferência do Chile

# Uma delegação de democratas portugueses em Bruxelas

A Conferência Interparlamentar de Santiago do Chile, que em Agosto de corrente ano reuniu deputados de várias correntes políticas e de vários países da América Latina, para discutirem a ação a empreender em favor dos presos e exilados políticos de Portugal e Espanha, encontrou o caloroso aplauso das forças democráticas portuguesas e do povo de Portugal, que vêm multiplicando esforços para arrancar das prisões milhares de patriotas, detidos, ao longo dos anos, pelos agentes policiais de Salazar.

Numa mensagem dirigida à Conferência Interparlamentar Mundial, os representantes dos países americanos apelaram para que os seus colegas em Bruxelas, fizessem eco da sua petição "estranhamente humana e justa, que sem dúvida interpreta o pensamento de muitos parlamentares ali reunidos e adotem uma resolução que contribua para alcançar o mais depressa possível a anistia para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal".

Com o objetivo de apoiar estas justificadas pretensões, uma delegação portuguesa, composta pelos escritores Antonio José Saraiva e Castro Soromenho, dirigiu-se a Bruxelas e fez apelo aos parlamentares de vários países, numa carta assinada por ambos, para que apoiessem a campanha aos presos e exilados políticos de Portugal. O Memorando apresentado pelos dois intelectuais aos chefes das delegações sobre a situação repressiva no país e as condições angustiantes em que se encontram os presos políticos portugueses, bem como a imperiosa necessidade de ajuda que decorre de uma tal situação, permitiram aos participantes da Conferência Interparlamentar Mundial ter um conhecimento pormenorizado das razões que conduzem os democratas portu-

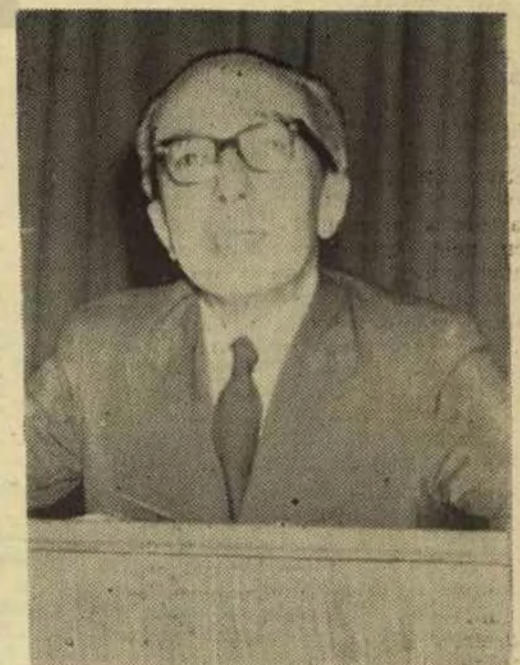
gueses de todas as correntes e figuras representativas da vida política e cultural de vários países a tomar parte ativa na campanha pela anistia em Portugal. A autoridade intelectual de que estão revestidos os dois escritores portugueses deu à sua humanitária tarefa uma maior projeção. Numa conferência de imprensa, realizada no dia 22 de Setembro, logo após o encerramento da reunião interparlamentar, a delegação portuguesa pôde explicar aos jornalistas belgas e aos representantes das agências de informação, os objetivos da sua viagem à Bélgica e os aspectos mais característicos do terrorismo político instaurado pela governação salazarista. Eles tornaram evidentes as condições particulares em que ambos se encontram, perseguidos pelas autoridades portuguesas, um expulso do ensino e vítima dos processos policiais — o professor universitário António José Saraiva —, outro ameaçado de prisão sem poder regressar ao país, tendo de publicar no Brasil o seu romance *Terra Morta*, porque o ambiente repressivo o impossibilitou de fazê-lo sair na sua própria Pátria.

Com concisão e objetividade, os dois escritores patentearam a perseguição aos intelectuais, o ambiente de asfixia que retarda o progresso literário, artístico e científico do país, as formas de torturas empregadas pelo governo de Salazar contra os seus adversários, os longos anos de prisão a que são condenados, o caráter desumano e brutal das chamadas "medidas de segurança", as condições em que são elaborados e julgados os processos políticos, a vida e o sofrimento de milhares e milhares de patriotas que têm passado pelas prisões salazaristas e dos que na presente conjuntura suportam um terror acrescido de novos abusos e de mais graves consequências, sem assistência médica condigna, submetidos a castigos, a espancamentos, a vexames de vários tipos, por um fato único explicativo: a sua discordância ativa do regime, a sua luta pela instauração de um governo democrático, que substitua o monopólio do partido único, estabelecido por Salazar. Baseados em fatos verídicos, gerados pelo terror e a repressão, os dois escritores lançaram um apelo à consciência pública, para que não permaneça indiferente, em face da realidade que impõe a todos o dever moral de lhe dar combate. A delegação portuguesa tornou evidente a necessidade de uma ação imediata em favor dos presos e perseguidos políticos, em favor de uma larga anistia que põe fim ao tenebroso silêncio dos cárceres e permita o usufruto dos mais elementares direitos humanos a todos aqueles que escolheram o caminho da Liberdade e se vêem privados dela nos presídios, na dura vida clandestina e no exílio.

Página 7

## Premios Jabuti

1961



\*) Maria Luisa Costa Dias

—oO—

Queridas Amigas:

Sou operária. Comecei a trabalhar aos 14 anos. Fui bastante explorada nos meus trabalhos que ganhava. Tenho 29 anos e desde os 23 que me encontro na clandestinidade.

Fui presa em Novembro de 1960 na casa onde vivia com meu marido. Passados 30 dias a PIDE resolveu submeter-me a interrogatórios, dizendo que eu entrava no dia 2 de Janeiro e não sairia dali enquanto não falasse. Estive 5 dias e 4 noites na tortura do sono. Durante este tempo incharam-me as pernas e os pés. Fui agredida e insultada por uma mulher PIDE. Os inspectores Carvalho e Rosa-Casca também me insultaram.

Estive isolada 45 dias, dos quais 30 sem visitas, sem lanches e sem jornal.

Nesta mesma cadeia de Caxias encontra-se meu marido a quem nem sequer posso escrever. Nesta situação prisional chegam-se a passar longos anos sem que vejamos os nossos maridos, estando apenas a uma distância de alguns metros. Tenho dois filhos de 5 anos de idade que só poderia ver por entre as redes do parlatório. Como nestas condições a sua visita me causa mais sofrimento que conforto, preferimos, meu marido e eu, não aceitar. E assim os meus filhos continuam a crescer longe dos pais, privados do seu carinho.

\*) Maria Albertina Diogo

## Natal do Preso Político

Numa das páginas de PORTUGAL DEMOCRÁTICO encontrarão os leitores a lista dos primeiros donativos recebidos na Redacção para o Natal do Preso Político.

Contribuam também, leitores deste Boletim, para o êxito dessa campanha!

Página 5

**PORTUGAL  
DEMOCRATICO**

# O Brasil contra o colonialismo luso

NOVA YORK, (UPI) — O delegado do Brasil, Antonio Houaiss, causou alguma surpresa no debate da IV Comissão da ONU, ao anunciar que sua delegação desta feita não estaria de acordo com Portugal.

A comissão em referência, a de Fideicomisso, prosseguiu hoje no debate sobre o assunto de não cumprimento por parte de Portugal de varias resoluções das Nações Unidas. Houaiss recordou os vinculos raciais e linguísticos entre o Brasil e Portugal que, disse, haviam impedido, até agora, a delegação brasileira de intervir no debate. Porém, desde o debate verificado no ano passado, a posição do Brasil evoluiu. Acentuou Houaiss que queria falar, hoje à tarde, porque o ministro do Exterior de Portugal mencionara o apoio do Brasil à causa de Portugal. "Isto — frisou o delegado brasileiro — já não é certo".

Prosseguiu dizendo que sua delegação sentia-se orgulhosa de haver mudado de atitude para colocar-se, assim, do lado da opinião pública mundial. "Deste modo — disse — o Brasil será absolutamente consequente com sua política".

## Ainda o «Asilo para Galvão e seus compaheiros»

### MENSAGENS A PRESIDENCIA.

Entre outros telegramas enviados a 21 de novembro com mensagens de apoio à concessão do asilo a Galvão e seus companheiros, cuja copia recebemos com o pedido de divulgação, está o seguinte: assinado por Junqueira de Ambra e Miguel Urbano Rodrigues.

"Na qualidade de antigos companheiros de luta do sr. Henrique Galvão, a bordo do "Santa Maria", os abaixo assinados, embora desaprovem todas as atitudes políticas assumidas por aquele opositor português desde a sua chegada ao Brasil em fevereiro, vêm junto de V. Exa. solicitar lhe seja concedido uma vez mais asilo político, tanto por motivos de ordem humanitária, como para evitar que a sua expulsão se converta numa vitória da ditadura portuguesa. Pedem muito especialmente que aos patriotas anti-salazaristas que acompanham o senhor Henrique Galvão, agindo na melhor das intenções, sejam abertas as portas do Brasil."

Também no mesmo dia, o capitão João Sarmento Pimentel telegrafou ao dr. Hermes Lima (chefe da Casa Civil da Presidência da República) como segue:

"Rogo valiosa interferência junto senhor Presidente da Republica no sentido ser concedida permanencia Brasil capitão Henrique Galvão e seus companheiros pt Agradecido quanto sua boa generosa amizade pode fazer peço aceite meus melhores cumprimentos — João Sarmento Pimentel

## Conferencia de Nova Delhi

A convite de um agrupamento socialista britânico assistiu à reunião de outubro de representantes de organizações nacionalistas africanas o nosso companheiro de redação dr. Manuel Sertorio Marques da Silva.

No proximo numero publicaremos um relato dessa reunião.

DEPARTAMENTO DOS CORRETORES E LEGATOS		TELEGRAMA	
RECEBIDO		DE SR JOAO SARMENTO PIMENTEL	
De		PRESIDENTE CENTRO REPUBLICANO	
Por		PORTUGUES RUA CONSELHEIRO FURTADO	
De		191 SPAULO SP	
E 11 DE P PLANA LTO 2		BRASILIA DF 340302,40,16,17.00	
HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER, COM ESSA PROVIDENCIA, AUXILIARA O DEPARTAMENTO NA FISCALIZACAO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS			
IMPOSSIBILITADO COMPARECIMENTO SOLENIIDADES COMEMORATIVAS			
TRANSCURSO 51 ANIVERSARIO DA IMPLANTACAO REPUBLICA EM PORTUGAL			
VG VENHO AGRADECER AMAVEL CONVITE ENVIADO PT ATS SDS PT JOAO			
GOULAR V G PRESIDENTE REPUB CA			
CT 191			

## Um Estranho Festival

As escondidas, sem anuncios, lá foi apresentado no Ibirapuera o festival "Portugal, cantando, chora seus mortos em Angola": Tudo em "família", tendo as lojas e armazens dos comendadores e dos aspirantes às comendas, comprado os ingressos, depois distribuidos aos empregados. Mas a iniciativa descaradamente fascista e colonialista, provocou repulsa em todo o Brasil. Estes são alguns dos protestos:

### REUNIAO INTERSINDICAL

Durante a assembléia intersindical realizada na sede do Sindicato dos Graficos, foi aprovada a seguinte moção de protesto contra o festival salazarista no Ginásio do Ibirapuera:

"A imprensa publicou a noticia de que o "Movimento dos Portugueses de São Paulo" fará realizar no dia 11 de novembro corrente, no Ginásio do Ibirapuera, um festival intitulado "Portugal, cantando, chora seus mortos em Angola" cujo produto seria entregue à Cruz Vermelha Portuguesa para socorro às vítimas dos ultimos acontecimentos naquela provincia ultramarina portuguesa".

Trata-se, conforme já declararam, publicamente, numerosas entidades, de uma manobra inspirada pelo governo português, destinada não só a tentar confundir a opinião publica brasileira para depois tirar partido dessa confusão, dizendo que o povo do Brasil não está de acordo com a posição anticolonialista diversas vezes manifestada, neste País e na ONU, pelo seu governo. E, além disso, quaisquer donativos ou medicamentos provenientes desse estranho festival não seriam distribuidos às familias dos milhares de angolanos exterminados pelas forças de repressão de Salazar (são numerosos os depoimentos de entidades responsáveis, que têm sido publicados na imprensa estrangeira) nem muito menos às muitas dezenas de milhares de angolanos que, fugindo do terror, estão vivendo em instalações precarias, perto da fronteira do Congo.

Não deve deixar-se envolver o governo de S. Paulo na torpe manobra arquitetada pelos portugueses adeptos do regime fascista de Salazar e nesse sentido juntamos nossa voz à de todos aqueles que a vêm denunciando e procuram alertar a opinião publica de São Paulo e do País, para que a manobra em questão seja repudiada como merece.

- DANTE PELLACANI — F.N.T.I. Gráficas
- LOURIVAL PORTAL SILVA — Sindicato de Minérios e Combustíveis
- GILSON DIAS DE ALMEIDA — Sindicato de Minério e Combustíveis
- AVELINO TRAVIS — Sindicato de Minérios e Combustíveis
- CARLOS CORREIA DE OLIVEIRA — Sindicato dos Jornalistas
- GENÉSIO S. ALMEIDA — Sindicato dos Trab. Carris Urbanos
- SILVESTRE BOZZO — Sindicato dos Trab. Ind. Papel e Papelão
- PEDRO IOVINE — Sindicato dos Bancarios.

### FACULDADE DE FILOSOFIA

O Gremio da Faculdade de Filosofia da USP distribuiu a respeito, o seguinte comunicado:

"A diretoria do Gremio da Faculdade de Filosofia da USP lamenta que se permita a realização no Ibirapuera de um festival promovido unicamente com o fim de fazer propaganda do colonialismo do governo português em Angola, contrariando não só a posição do Brasil na ONU, de apoio à liberdade dos povos da Africa, mas principalmente as convicções democraticas do povo brasileiro.

Nada mais justo que o Brasil colabore com os atingidos pela atual situação de Angola, onde armas modernas de destruição são usadas pelo exercito português para massacrar os naturais da terra, a quem se nega a condição humana, armas estas inclusive compradas com dinheiro obtido no Brasil a pretexto de "terrorismo" dos nativos. Mas que ajude principalmente aqueles que nada têm a protegê-lo, senão a propria sorte, com os 150.000 angolanos que se refugiaram no Congo, e que este auxilio seja entregue à Cruz Vermelha Internacional, que não se presta a papel de fantoche propagandista de governos ditatoriais, nem faz discriminação de cor, raça ou religião na ajuda que presta. Lamentamos, ainda mais, como universitarios, por se tratar de uma sequencia ao espancamento de estudantes, inclusive alunos desta Faculdade, e de jornalistas e exilados portugueses do porte de Miguel Urbano Rodrigues, no mesmo ginásio do Ibirapuera, que agora se pretende pôr a serviço da ditadura salazarista, como esteve naquela ocasião a policia paulista atuando como sucursal da PIDE em terras brasileiras".

### SINDICATO DOS GRAFICOS

Em assembléia muito concorrida — cerca de dois mil participantes — e, com a presença do Ministro do Trabalho, Franco Montoro (Partido Democrata Cristiano) e, também, do vice-governador, general Porfirio da Paz, e numerosos dirigentes sindicais, entre eles o sr. José Chediak, delegado da C.N.T.I. (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Industria) a qual pertencem através dos respectivos sindicatos, cerca de cinco milhões de trabalhadores, foi apresentado e aprovado por aclamação, este documento:

**PROPOSIÇÃO:**  
Considerando que têm visitado o nosso País diversas delegações portuguesas quer culturais quer esportivas;  
Considerando os laços de amizade que prendem o povo brasileiro ao povo português;  
Considerando que por força disso tem o povo brasileiro dispensado a essas delegações as maiores manifestações de simpatia;  
Considerando que em Portugal a maquina de propaganda salazaris-

ta tem apresentado ao Povo Português as manifestações de apreço do povo brasileiro aos portugueses que integram aquelas delegações culturais e desportivas como prova de apoio do nosso País ao regime fascista que infelicitava a nação;

Considerando que essa deturpação dos sentimentos fraternais do povo brasileiro implica em se apresentar ao valoroso povo da Africa, que luta pela sua independencia, estar o Brasil concordando com o governo salazarista na politica colonialista;

Considerando que os trabalhadores brasileiros em geral, e os gráficos em particular têm se manifestado em inumeras vezes contrario ao regime fascista implantado em Portugal e contra a escravização do bravo povo da Africa;

**PROPOMOS:**  
Que esta Assembléia repudie as manobras salazaristas através do envio de mensagem ao Embaixador de Portugal, alertando sua excelência que o povo Brasileiro não admite que se deturpe seus sentimentos de amizade como apoio a um dos regimes mais repudiado pelos nossos sentimentos democraticas.

Outrossim, que se informe sua excelencia, nosso irrestrito apoio à luta do povo português contra a ditadura salazarista e à luta travada na Africa, pelos seus patrióticos filhos, visando libertar seu país da colonização imposta pela ditadura de Salazar.

- (a) — Dante Pellacani — pres. da F.N.T.I.G.
- (a) — Dep. Rocha Mendes Filho — pres. S.T.I.G.S.P.

### PARTIDO SOCIALISTA

Protestando contra a realização do festival "Portugal cantando chora os seus mortos em Angola", a secção de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro entregou à divulgação comunicado onde, se diz: "Em face da organização de um festival supostamente em favor das vítimas da guerra de Angola ao qual deram sua colaboração altas individualidades paulistas, o PSB de São Paulo sente-se na obrigação de denunciar à opinião pública essa iniciativa como manobra tendente a fazer crer ao mundo que o Brasil apoia o colonialismo salazarista. Cumpre lembrar que o produto desse espetáculo se destina ao prosseguimento da politica de genocidio desencadeada pelo governo português em Angola. O PSB lamenta e condena a presença das individualidades em questão nessa iniciativa, pois ela pode ser interpretada como significando cumplicidade com Salazar. Simultaneamente o Partido Socialista Brasileiro hipoteca mais uma vez sua solidariedade ao movimento de libertação desencadeado pelos patriotas angolanos. São Paulo, 9 de novembro de 1961. a) João Zicardi Navajas.

### UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES

A proposito dos incidentes ocorridos há algumas semanas no Ginásio do Ibirapuera durante manifestação anti-salazarista, a União Brasileira de Escritores divulgou o seguinte comunicado:

"Numa de suas ultimas reuniões, resolveu a União Brasileira de Escritores tornar publico o seu repudio à ação de policiais do DOPS, que espancaram estudantes brasileiros e portugueses anti-salazaristas numa praça de esportes desta Capital.

Como noticiaram os jornais, estudantes desta Capital e portugueses exilados pela ditadura de sua patria distribuíram pacificamente, no Ibirapuera, onde se realizava uma partida de hoquei em que tomava parte uma seleção da colonia lusa de Angola, manifestos de critica à politica colonialista do professor Salazar, quando foram, sem precedencia de mais leve admoestação, rudemente espancados por policiais do DOPS.

A agremiação de escritores paulistas, sempre coerente com os seus principios de defesa da livre manifestação do pensamento e das liberdades democraticas, resolveu, pela sua Diretoria, fazer constar de suas atas o mais energico protesto contra essa agressão praticada pela nossa policia politica, cujos mentores reeditando as facanhas dos infelizes tempos da ditadura no Brasil, parecem desconhecer a posição decididamente anticolonialista do nosso governo.

A U.B.E. dá maior ênfase ao seu protesto em virtude de haverem sido vítimas de violencia es-

tudantes e intelectuais, entre os quais o escritor e jornalista Miguel Urbano Rodrigues, o que prova que a ação que a policia quis impedir não partiu de arruaceiros desqualificados, como se quis fazer crer através de boatos lançados por representantes da PIDE em nosso País".

### CENTRO UNIVERSITARIO DE ESTUDOS SOCIAIS

A fim de protestar contra a realização, nesta Capital, de um festival promovido pelo Consulado de Portugal esteve na Redação do jornal "O Estado de S. Paulo", um grupo de alunos do Centro Universitario de Pesquisas e Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Informaram os estudantes que aquele centro, bem como outros gremios academicos desta Capital, deverão divulgar manifesto acerca da questão.

### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Em Curitiba, no plenário da Assembléia Legislativa, o deputado Amaury Oliveira e Silva pronunciou um violentissimo discurso de protesto contra a descarada manobra fascista e colonialista, que foi a realização do espetáculo "Portugal cantando, chora seus mortos em Angola".

### UNIVERSITARIOS DE CURITIBA

O Centro Academico "Hugo Simas", da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, enviou ao governador Carvalho Pinto o seguinte telegrama: — "O Centro Academico "Hugo Simas", da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, estranha a atitude de v. exa. face ao festival do movimento português em São Paulo, visando apoiar a campanha da ditadura salazarista, politica contraria ao pensamento do povo brasileiro de autodeterminação dos povos. a) Antonio Lopes Noronha — presidente".

O órgão representativo dos estudantes enviou ainda a esta folha telegrama de congratulações pelo editorial "Um estranho festival" e pelas campanhas favoráveis a autodeterminação de Angola e contra a politica colonialista de Salazar.

### UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO

Também os alunos da Faculdade de Filosofia São Bento emitiram o seguinte manifesto:

"O Centro Academico Filosofia de São Bento, órgão oficial representativo dos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciencia e Letras de São Bento da P.U.C.S.P., considerando:

A — O principio democratico e cristão ao qual nos vinculamos;

B — O principio de autodeterminação dos povos, no qual está baseada a politica externa de nosso País;

C — A necessidade de coerencia em todas tomadas de posições;

1 — hipotecar sua solidariedade ao Movimento de Libertação de Angola;

2 — nos colocar ao lado do delegado do Brasil no debate da IV Comissão da ONU no qual frizou que a posição do Brasil já não é de apoio à causa de Portugal;

3 — propugnar para que as personalidades paulistas que colaboram com a realização do Festival "Portugal cantando chora os seus mortos em Angola", que meditem na incoerencia de suas posições como brasileiros e que a verba deste festival seja entregue à Cruz Vermelha Internacional e não ao governo português, para que esta seja distribuida aos necessitados sem quaisquer discriminações".

## Jantar 5 de Outubro

O Presidente do Tribunal de Justiça de S. Paulo mandou nos este telegrama:

"Impossibilitado comparecer comemorações transcurso 51.º aniversario republica Portugal agradeço gentileza convite, congratulando-me Centro Republicano passagem tão grata efemere — Desembargador Joaquim de Sylos Cintra, Presidente Tribunal Justiça, de S. Paulo."



Tudo se vende através dos CLASSIFICADOS de U ESTADO DE S. PAULO

# Os soldadinhos de chumbo do ditador de Comba Dão

Tribuna Livre



## FARPAS



### A DISPUTA DA SUCESSÃO

Depois de Salazar? — pergunta Manuel Espírito Santo a Luís Supico, pergunta Manuel Queiroz Pereira a Correia de Barros, pergunta o Vilhena dos Diamantes ao Lagos dos Algodões, pergunta o Bejeza dos Santos da Sacor ao Maurício Vieira de Brito, das África, dos prédios da Av. Rodrigo da Cunha e do Henfica. E a resposta vem hesitante, mastigada: "Depois de Salazar? ... Depois do génio de Santa Comba..."

O Ditador foi ensaiando sucessores como quem experimenta cavalos: exibiram-se no picadeiro de São Bento em experiências de trote e sela, o prudente Marcelo Caetano, o fanático João Lumbrales, o cosmopolita Teófilo Pereira, andou por lá o grosseiro Santos Costa e lá anda o fino José Gonçalves Correia de Oliveira. Tudo rapaziada de formação tradicionalista, gente de boas famílias e de princípios. Mas Oliveira Salazar desconfiou, embriou, mandou tirar informações pelo Casaco e pelo Barberi, mandou o José Manuel Salgado fazer inquéritos secretos e o Nazaré analisar as urinas e outras secreções. Os sucessores não sobreviviam.

Agora está em experiências o Adriano Moreira. Mas diz-se que também é para queimar.

### UMA PERSEGUIÇÃO

Na última reorganização da Comissão Executiva da «União Nacional», o Contra-Almirante Henrique Tenreiro perdeu a sua posição nesse alto organismo do partido fascista. Deste modo, Henrique Tenreiro que tinha 14 empregos ou funções diferentes, ficou reduzido a 43 lugares. Terá caído em desgraça? Será o início duma perseguição?

### REGRA SEM EXCEÇÃO

Do lugar de Ministro do Ultramar ou de Governador «provincia ultramarina», transita-se automaticamente para a administração dos bancos e grandes companhias com interesses coloniais. O Almirante Lopes Alves que do governo de Angola saltara para o Banco de Angola, ao ser despedido do Ministério do Ultramar saltou para a Companhia dos Diamantes. É preciso manter as boas regras da administração salazariana.

### UM VALENTE

Na Fazenda Tentativa, propriedade da Companhia de Açúcar de Angola, o capitão Rui de Mendonça, matou por electrocução ou a tiro cerca 500 trabalhadores angolanos. Um dia os angolanos podem pensar num «processo, Eichman». Terão então que «convidar» o capitão Rui de Mendonça a comparecer num julgamento como «criminoso» «guerra». Lembra-se dos «enhores Sousa Lara e Paulo Cunha, proprietários da Fazenda Tentativa, de o irem defender?

### O QUE OS HOMENS DE ANGOLA PENSAM

Não podemos viver permanentemente num «clima» de guerra. Temos de aceitar algumas reformas profundas em todo o nosso sistema de administração e nas relações com os povos mais atrasados. Não devemos fechar os olhos as realidades do mundo, não podemos ignorar fenómenos de ordem social se quisermos sobreviver e criar uma comunidade multiracial.

Do jornal «O LOBITO», de 12 de Maio de 1961

### UM GENERAL PARA TODO O SERVIÇO

O General Cabrita, na depuração salazarista dos Altos Comandos das Forças Armadas, tinha visto o seu sugestivo e apropriado nome designado para Governador militar de Lisboa. Era homem de Adriano Moreira, o que explicava a nomeação.

Foi porém substituído, nas vésperas da Assembleia Geral da Sociedade, pelo General Tassara Mochado. Onde se conclui que o brilhante militar prefere a Sonefe de Ilha, e o restaurante — «buite» «Choufada», e o restaurante — «buite» «Choufada», de acordo com os polícias Brigadeiro Mário Silva (antigo comandante do Corpo de Polícia do Estado da Índia, antigo colaborador dos serviços informativos de Santos Costa) e Tenente-coronel Jaime da Fonseca (antigo comandante da Polícia do Porto de Lisboa), estão seleccionando esses oficiais para serem mobilizados e enviados para o Ultramar. É esta actividade policial que explica a escolha de oficiais de carreira policial para os lugares de Ministro e de Sub-Secretário do Exército.

### A DEPURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Os serviços policiais estabeleceram uma lista de oficiais suspeitos de atitude anti-salazarista e anti-costista. O Ministro de Defesa (Salazar) de acordo com os polícias Brigadeiro Mário Silva (antigo comandante do Corpo de Polícia do Estado da Índia, antigo colaborador dos serviços informativos de Santos Costa) e Tenente-coronel Jaime da Fonseca (antigo comandante da Polícia do Porto de Lisboa), estão seleccionando esses oficiais para serem mobilizados e enviados para o Ultramar. É esta actividade policial que explica a escolha de oficiais de carreira policial para os lugares de Ministro e de Sub-Secretário do Exército.

Tanto mais «bravos» quanto mais servis, — que diferença entre os chefes militares de outrora, defensores da Patria, e os de hoje, soldadinhos de chumbo do sinistro decano dos ditadores. — Reproduzimos, em «fac-simile», estas «Farpas» publicadas no terceiro numero de TRIBUNA LIVRE, órgão das JUNTAS DE AÇÃO PATRIOTICA, impresso e distribuído clandestinamente em territorio português. Assim fazemos, certos de que sua divulgação contribui para o esclarecimento da opinião pública do Brasil e dos outros países onde circula PORTUGAL DEMOCRATICO cujos objetivos são, precisamente, o desmascaramento do regime fascista de Salazar e a denuncia dos crimes que ele pratica contra o povo português e os povos coloniais na ansia de perpetuar, pela força um dominio que hoje já conta trinta e cinco anos de duração.

# ANISTIA

Na Primavera de 1962 haverá a Conferencia Europeia para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal.

Fundamenta-se a certeza de sua realização nos diversos

pronunciamentos, já divulgados anteriormente, aos quais se junta hoje, como remanente vitorioso deste movimento de ambito internacional, uma

declaração assinada por diversas personalidades da Europa Ocidental, e que é, afinal, e na essencia, uma Convocatória. Eis o texto:

### DECLARAÇÃO

Há já trinta e cinco anos que subsiste em Portugal um regime que faz condenar pelos tribunais seus adversarios politicos de qualquer tendencia, que os mantém longos anos, frequentemente, dez, quinze, vinte anos, em prisões onde são submetidos a um regime desumano. As condenações são prolongadas por meio de penas complementares, ditas «medidas de segurança», penas essas que são aplicadas por indicação da policia politica. Muitos dos melhores valores portugueses da ciencia e da arte são forçados a exilarem-se.

Tendo em conta essa situação, numerosas personalidades da Europa e da América subscreveram declarações recomendando a realização na Europa Ocidental de uma conferência para a anistia aos presos e exilados politicos portugueses.

De acôrdo com essas iniciativas, n o objetivo de contribuir para a anistia de todos os presos e exilados politicos portugueses, nós propomos que se realize uma «Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses», que poderia ter lugar na primavera de 1962.

Esta declaração será reproduzida, bem como os nomes das personalidades que a assinaram, em fac-simile, no

nosso proximo numero, juntamente com muitos outros portomenores e dados a respeito desta já vitoriosa campanha.

## Segundo Clichê

# Natal do Preso Político

Mais um Natal se aproxima, e mais uma vez, nessa data tradicionalmente festiva, os homens e as mulheres que sacrificaram a liberdade pessoal em defesa da Liberdade de um Povo, sentem com maior intensidade na própria carne a fome de pão e o silencio de pedra das celas onde estão encarcerados.

É preciso que eles saibam que não estão sós, que nos lembramos deles a todos os instantes e que essa solidariedade e que essa lembrança sejam ainda mais intensas em ocasiões festivas como aquelas que se aproximam.

Eles precisam do nosso auxilio, moral e material, e é urgente que ele lhes seja dado. Auxilio que deve ir até ao limite das possibilidades de cada um dos democratas portugueses residentes no Brasil e nos outros países estrangeiros, e que mercê dessa circunstancia lutam em liberdade, contra o mesmo regime que esses presos politicos, hoje, embora encarcerados, ainda combatem pelo exemplo de dignidade de que dão provas a cada instante dizendo NÃO a todas as promessas dos carcereiros de lhes abrirem as portas da cadeia em troca de uma denuncia, e até mesmo de uma simples confissão de arrependimento.

Que eles e seus familiares tenham, neste fim de ano, um pouco mais de pão, uma roupa que agasalhe um pouco mais seus corpos debilitados pela doença e as privações. E para isso abrimos hoje esta lista que já conta com as seguintes subscrições:

- Portugal Democrático . 3.000,00
- Antonio Marinheiro Jr. 3.000,00
- Joaquim Ferreira ..... 1.000,00
- Mario Ferreira ..... 1.000,00
- Manuel Ferreira Moura . 1.000,00
- Fernando S. Ramos .... 500,00
- Eng. Carlos Cruz ..... 1.000,00
- Azevedense ..... 2.000,00
- Paulo Takano ..... 500,00
- Augusto Aragão ..... 1.000,00
- Com. João Sarmento Pimentel ..... 2.000,00
- Alexandre Antunes Pereira ..... 1.000,00
- Eng. Ricca Gonçalves .. 2.000,00
- Lénine Alexandre .... 1.000,00
- Mario Bódas ..... 500,00
- Eng. Tito de Moraes ... 1.000,00
- Antonio Joaquim Ferreira ..... 1.000,00
- Carlos Maria de Araujo 2.000,00
- Miguel Rodrigues ..... 1.000,00
- Ex-pensionista do Aljube 10.600,00
- Emilio Pereira ..... 200,00
- A transportar ..... 36.300,00

## Condenada Fernanda Tomas

O Tribunal Plenario de Lisboa, em julgamento feito no dia 29 de novembro passado, condenou por atividades subversivas a patriota portuguesa FERNANDA PAIVA TOMAZ, de 32 anos de idade, a 8 anos de prisão seguidos da perda de direitos civis e políticos durante 15 anos.

Endereços de Assinantes

### PORTUGAL DEMOCRATICO

Rua Conselheiro Furtado, 191  
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

### CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes; Manuel Ferreira Moura.

### REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22.9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará

ESTADO DO RIO — Manuel da Costa (Maneca) — Rua da Varzea, 195 — C. P. 114 — Caxias

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

### REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

### EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Numero avulso: Cr\$ 10,00

Assinatura anual: Cr\$ 300,00  
Assinatura especial: Cr\$ 500,00  
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V - Nº 55 - Dezembro de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo consequente de sua exclusiva responsabilidade.